

Ciro defende prisão perpétua em programa

Candidato também defende o aprofundamento da política atual de alongamento dos prazos da dívida interna

Débora Ribeiro

Do GloboNews.com

• SÃO PAULO. Com a garantia explícita de que não haverá ruptura de contratos nem quebra de direitos adquiridos, o candidato da Frente Trabalhista à Presidência, **Ciro Gomes**, lançará hoje, em São Paulo, a versão final do seu programa de governo. **Ciro** defende o aprofundamento da política atual de alongamento dos prazos da dívida interna, incluindo na renegociação a premiação com remuneração maior àqueles financiadores dispostos a aceitar títulos públicos com prazos mais longos de vencimento.

O programa de **Ciro** diz que seu eventual governo terá preocupação de que o Banco Central "equilibre o compromisso com a estabilidade da moeda e o compromisso com o crescimento econômico". Um dos itens sobre a administração das dívidas interna e externa diz que não deverá ser admitida, direta ou indiretamente, responsabilidade pública pelo pagamento da parte amplamente majoritária da dívida externa que é privada.

A assessoria do candidato divulgou que estarão presentes ao evento o presidente nacional do PDT, **Leonel Brizola**, e o do PPS, **Roberto Freire**, líderes do PTB e o candidato a vice de **Ciro**, **Paulo Pereira da Silva**. O programa havia sido divulgado apenas no site da campanha e estava estruturado em tópicos. Somente a dez dias da eleição, no entanto, é que ganha uma versão impressa, com 104 páginas.

"A saída não é dar calote", afirma o candidato

Ciro defende a retomada do crescimento e a quebra do círculo vicioso representado pelo juro maior do que a taxa média de retorno dos negócios, que sufoca o crescimento ao negar crédito viável ao produtor e ao consumidor. Segundo o candidato, "a saída não é dar calote, nem desrespeitar de qualquer outra maneira os contratos da dívida". **Ciro** diz que a baixa dos juros passa pelas reformas tributária e previdenciária, pela superação da vulnerabilidade externa e por iniciativas como elevação da participação da poupança interna em substituição do uso da poupança externa no financiamento ao desenvolvimento econômico.

Sobre o Banco Central, **Ciro** observa que deve ser respeitada a margem ampla de autonomia operacional sem perder o princípio da responsabilidade política. "Reconhecer que o Banco Central tem servido à primazia dos interesses financeiros sobre os interesses produtivos", critica o texto. O candidato defende regras mais severas para combater o tráfico de influência e que di-

rigentes "usem os seus cargos como trampolim para obter posições privilegiadas" nas instituições privadas.

Ciro garante que a vigilância contra a inflação será mantida, mas ressalta que o BC deve levar em conta o nível de emprego e de atividade econômica quanto à estabilidade dos preços, "como fazem o Banco Central dos Estados Unidos e de muitos outros países desenvolvidos".

Na geração de emprego, o programa defende o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para promover ações concretas de aumento de vagas, sobretudo para setores de mão-de-obra intensiva. Entre as medidas de emergência estão regularizar a posse da terra nos bairros pobres das grandes cidades, desenvolver parcerias com estados e municípios para a venda de material de construção a preço subsidiado, construir 300 mil casas populares por ano e dar condições de modernização à agricultura.

Na saúde, a proposta é resgatar o Sistema Único de Saúde (SUS) e valorizar o atendimento primário (no posto de saúde e no trabalho dos agentes comunitários).

Ensino fundamental terá um ano a mais

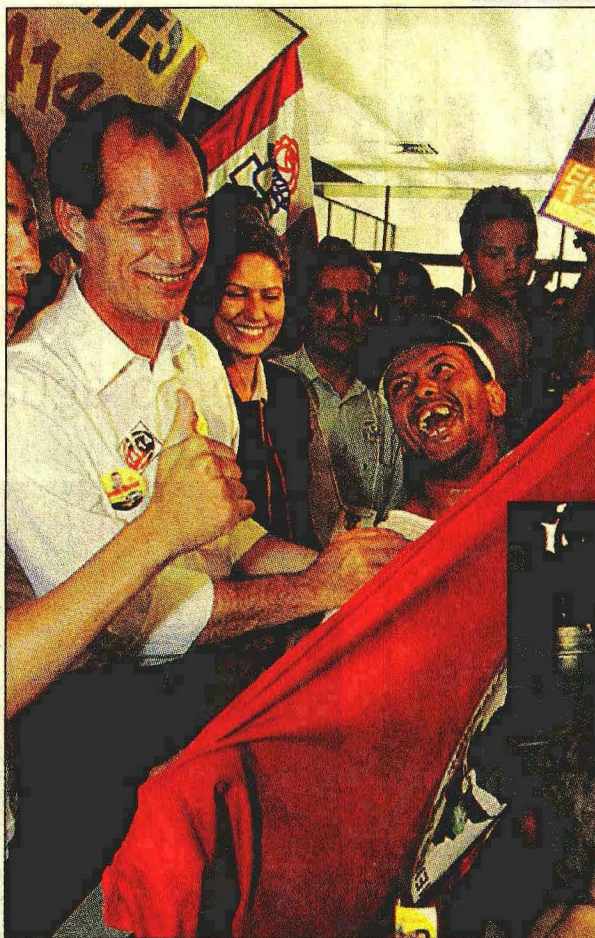
Ciro pretende aumentar de 11 para 12 anos a duração do ensino fundamental. Ele defende a consolidação da tendência que atribui aos municípios a responsabilidade pelo ciclo fundamental, aos estados pelo ensino médio e, ao governo federal, pelas universidades.

Para a habitação, a construção de 300 mil casas populares por ano contará com o uso de recursos do FGTS. O custo médio unitário seria de R\$ 10 mil. O comprador pagaria juros de 6% ao ano, no prazo máximo de 15 anos, comprometendo até 10% da renda familiar.

A política de segurança inclui a reforma do processo penal para torná-lo mais ágil, pagamento de fiança apenas com prova da origem lícita do dinheiro, prisão perpétua para crimes hediondos e a criação de uma rede nacional para reinserção dos ex-presos na sociedade. Ela estabelece três premissas: "destróçar o crime organizado", fortalecendo a estrutura de combate do governo federal; ajudar estados e municípios por meio do policiamento comunitário; e agravar as penas e estabelecer o trabalho para o preso, com destinação do salário para as famílias.

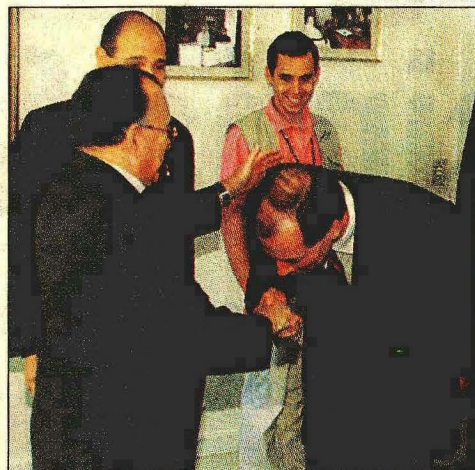
Ciro propõe a transformação da Academia da Polícia Federal na Academia Nacional de Polícia para a formação de agentes da PF e das corporações nos estados. Defende também a triplicação em quatro anos dos quadros da Polícia Federal. ■

Gustavo Miranda



CIRO COM A BANDEIRA do MST em Goiânia (no alto); à esquerda, o candidato cumprimenta dom Raymundo Damasceno e, embaixo, vê Patrícia Pillar ser beijada por um menino

Ailton de Freitas



Gustavo Miranda

